

Questão de liderança

Há bem uns 12 anos que não existe disciplina partidária no Congresso Nacional. Por conta da desintoxicação do período autoritário, cada parlamentar se considera dono absoluto do próprio nariz, desvinculado dos programas e obrigações partidárias que estão na essência do sistema representativo. Enquanto persistir a indisciplina, situação e oposição continuarão sendo palavras vazias no vocabulário político de Brasília. A óbvia exceção, e já não tão sólida quanto no passado, é o PT, que tem uma coesão interna maior que a de qualquer outro partido representado no Congresso. Mas o PT não está no negócio de reorganizar a vida institucional e administrativa do País nos moldes aprovados pelos eleitores em outubro. Sua função, estando na oposição, é colocar pedras no caminho do governo, solapando a sua credibilidade e popularidade, enquanto se apresenta como alternativa para as próximas e longínquas eleições.

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem, portanto, de se apoiar em partidos pouco orgânicos, alguns quase invertebrados, para realizar o seu programa de governo. E, pelo exemplo até agora produzido, terá de melhorar em 100% o seu desempenho como líder da coligação que o apóia formalmente. Em três semanas de governo, reuniu por três vezes o Conselho Político. Terá de reuni-lo mais amiúde e seria bom que começasse a refletir sobre a necessidade de modificar as concepções que tem sobre como arregimentar uma base de apoio no Congresso.

O primeiro grande equívoco parece ter sido a constituição desse Conselho em sua forma atual. As bancadas parlamentares, no estado de natureza em que se encontram, pouca ou nenhuma vinculação têm com os chefes nacionais dos partidos. Se já não tomam com a devida seriedade as instruções emanadas das lideranças de bancadas, por elas mesmas escolhidas, não atenderão a uma linha de comando que entendem distanciada e ausente de suas preocupações egoístas ou paroquiais. Não faltou quem avisasse o presidente da República de que a atual forma

do Conselho Político estava fadada ao malogro, como os fatos comprovaram. Não faltará, agora, quem avise S. Exa. de que a emenda que pretende fazer no Conselho Político tem imensa probabilidade de ser pior que o original.

O presidente, por força de talhe de personalidade, não quer a figura do articulador político, isto é, não deseja que os líderes do governo na Câmara e no Senado intermediem as relações entre o Execu-

tivo e o Parlamento. Comprovada a pouca influência dos presidentes de partidos sobre os deputados e senadores, quer ampliar o Conselho político com a inclusão dos líderes partidários. Corre o risco de levar para dentro do Planalto as questiúnculas e as disputas pelo poder que deveriam permanecer internas às agremiações e no âmbito do Congresso; além de diluir responsabilidade. E, assim acontecendo, fragmentar ainda mais a sua já frágil base de apoio.

As bancadas que formam a coligação governista somente apoiarão as iniciativas do presidente Fernando Henrique Cardoso se, a par das atenções que o ofício político requer e os parlamentares exigem, emergir do Palácio do Planalto uma aura de liderança que indique a ligação inequívoca entre o interesse nacional e a vontade popular, deixando sem espaço de manobra a troca de choque que opera unicamente no campo do fisiologismo. O presidente sabe identificar tais objetivos e pode apresentar propostas sensatas para alcançá-los. Foi o que fez, afinal, durante toda a campanha eleitoral. O que precisa, agora, é aprender a dizer não, a contrariar interesses mesquinhos, ainda que as concessões sejam apresentadas como essenciais à transação política. Os parlamentares — e o Congresso que se instalará virá com mais força que o atual, que tanto sugou deste governo — precisam saber que para tudo existe um limite e que tal limite antecede as fronteiras da decência, da conveniência política e dos interesses nacionais. Quem fixa o limite é o presidente da República. Pelos marcos que estabelecer, seu governo será respeitado e bem sucedido. Ou não.

Puxões de orelha não alteram atitudes de bancadas sem vínculos com a cúpula partidária

25 JAN 1995

ESTADO DE SÃO PAULO